

O CARÁTER SALVÍFICO DA MORTE DE CRISTO

Júlio Paulo Tavares Zabatiero

INTRODUÇÃO

Minha abordagem ao assunto de nossa discussão tem seu ponto de partida na história de Jesus, o Deus-homem que viveu na Palestina, foi crucificado sob Pilatos, ressurreto pelo poder do Espírito Santo, exaltado à glória do Pai, onde intercede por nós, pecadores, e que no fim da história voltará para consumir a implantação do reino de Deus na terra, reino por ele inaugurado em sua missão terrena, do qual a Igreja, corpo de Cristo, é povo e agente, no poder do Espírito, para todas as nações durante a história.

Faço a leitura da história de Jesus a partir das seguintes perspectivas:

1. A situação real de opressão e dominação de nosso continente e em solidariedade a esta opressão em outras latitudes. Os conceitos são tão somente derivados da visão marxista de construção social;
2. A situação real de dependência teológica, onde os brasileiros devem adaptar-se à cultura dos missionários, numa contextualização invertida, e a situação de conflito com o catolicismo romano, com a identidade existencial dos batistas construída em oposição a outras religiões. Mesmo assim, meu encontro inicial com Cristo e a transformação de vida que o acompanhou não podem ser lançados fora como mero subproduto ideológico, pois foram reais. Além disso, foi

essa longa experiência com Cristo e sua palavra que me levou a uma opção pelos oprimidos. Citaria aqui ainda o estudo da teologia da libertação, que me estimulou a voltar à Bíblia. Através deste estudo reformulei e reorientei meu trabalho teológico e estou tentando reorientar minha práxis.

Foi assim que comecei a reler a Bíblia e a história, assumindo como ponto de partida e norma da teologia a história de Jesus, não apenas o Cristo. Nas palavras de Jon Sobrino,

(...) o ponto de partida é o Jesus histórico, ou seja, doutrina, fatos e atitudes de Jesus de Nazaré enquanto são acessíveis, pelo menos de um modo geral, para a investigação histórica e exegética.¹

Em relação a Sobrino e outros teólogos da libertação, tenho uma diferença de reação perante a questão do Jesus histórico, devido a nossos diferentes pressupostos na exegese. Por isso falo na "história de Jesus", com o que estou afirmando que os evangelhos são produções teológicas de seus autores, as quais podem ser aceitas com confiança no que tange à sua fidelidade aos fatos da história de Jesus, e que sua vida e pregação foram as fontes primárias desses autores. Aliás, penso que, na pesquisa dos evangelhos e da história teológica da Igreja Primitiva, os adeptos do método histórico-crítico, em boa parte, estejam impondo ao texto as suas próprias concepções do que seja teologia --um disfarce dos fatos, uma ideologia.

Para concluir esta introdução, quero ressaltar que por "história de Jesus" entendo não somente sua vida terrena, mas também sua preexistência, sua ressurreição e exaltação, sua atividade presente e vinda futura. Entendo também que todos os livros do Novo e Antigo Testamentos são fonte fidedigna e única para a reflexão teológica cristã (sem desprezar o recurso de outras ciências auxiliares, mas não como fontes, e sim como recursos). Para isso permito-me um a priori, o de crer que Deus pode agir historicamente, inclu-

1. Citado a partir da 2ª edição de *Cristologia desde América Latina*, p. 2-3.

sive guiando a produção de textos fidedignos para seu povo. Como a priori, este é tão válido quanto o que nega a possibilidade da ação divina nesse sentido. E, do ponto de vista da fé, é mesmo mais válido.

Passemos, então, ao aspecto propriamente "salvífico" deste ensaio, que será um breve exame das principais imagens usadas pelos teólogos do Novo Testamento para entender e explicar o caráter salvífico da morte de Cristo. Não pretendo ser exaustivo, mas sim sugestivo.

IMAGENS DO CARÁTER SALVÍFICO DA MORTE DE CRISTO NO NOVO TESTAMENTO

1. A morte de Jesus, portadora do reino de Deus

Leonardo Boff interpreta a pregação do reino, por parte de Jesus, como apocalíptica. Jesus esperava a irrupção iminente do reino em sua própria vida, mas enganou-se; veio sua morte.

Segundo estes textos, portanto, Jesus viveu a efervescência da irrupção iminente. Que depois teve que dar-se conta, lentamente, de que o reino não vinha, mas a morte, isso constitui o motivo de seu brado na cruz e razão de total entrega a Deus. Viu-se destruírem todas as representações que se fazia do reino e de sua atuação em função do reino; entretanto, foi maior que às representações. Não sucumbiu a elas. Manteve sua fidelidade a Deus.²

Estará certa esta interpretação do teólogo, ora vítima da "hierarquia espiritual" do Vaticano? Parece-me que ela deixa de perceber a real vinculação da morte de Jesus com a irrupção do reino. Boff, baseando-se em H. Kessler, pensa que a morte de Jesus, em si, não tem qualquer significado; é apenas mais um evento de sua vida que é, toda ela, reden-

2. BOFF, Leonardo, *Paixão de Cristo, paixão do mundo*, Petrópolis, Vozes, 1978, p. 71-2.

tora. A leitura do terceiro capítulo de seu livro nos deixa com uma forte sensação de incoerência. Jesus não esperava a morte, mas quando ela chegou, ele a assimilou em sua consciência. Porém, como um apocalipsista, Jesus deveria esperar sofrimento e também a morte (cf. Boff, p. 83). Ademais, Boff nega, por um lado, que Jesus tenha compreendido sua missão a partir do Servo Sofredor, e concorda, por outro, que a cruz seja a consequência histórica da ação de Jesus na terra e o sinal mais profundo do amor de Deus pela humanidade.

De minha parte, penso que a principal consequência da morte de Jesus foi a demonstração final de como o reino de Deus se faria presente na terra durante o interregno entre as duas "vindas" do Messias. Em poucas linhas:

1. a cruz revela o tipo de poder pelo qual o reino irrompe: o poder do amor, amor que é entrega total e incondicional pelos oprimidos da terra. Amor que é a ruptura de todo esquema humano de poder opressor. Para isto encarnou o Filho do Homem, para morrer em consequência de sua opção histórica pelos necessitados e contra os poderes opressores. O seu reino é um reino de amor servicial e não de dominação triunfante.

2. a cruz revela a forma de vida dos súditos do reino. Não somos cavaleiros triunfantes a destronar o império do mal mediante o poder; nem o "super-homem"; a vencer todos os inimigos da grande nação. Somos servos sofredores que, identificados com os despossuídos da terra, lutamos amorosamente pela liberdade. Eis o sentido do carregar diariamente a cruz de Cristo.

3. a cruz revela a dimensão escatológica do reino de Deus, inaugurado --já presente--, mas não consumado. O reino não pode ser rejeitado por ora, mas virá um dia em que todo o joelho se dobrará. Dia em que a morte será vencida e em que a utopia do reino achará seu "topos" definitivo, assumindo o lugar do "topos" ora peregrino.

4. a cruz revela a situação do ser humano perante o reino. Ela exige a conversão, um compromisso com o Crucificado e com o reino por ele inaugurado sobre a terra. Exige a reação do homem à cruz que determina a sua posição histórica: dentro ou fora do reino de Deus.

2. A morte de Jesus, sacrifício expiatório "por nós"

A interpretação da morte de Jesus em relação à irrupção do reino é central para sua compreensão, mas não esgota o sentido teológico da cruz, e ainda levanta uma séria questão: por que há pessoas fora do reino de Deus? A morte de Jesus é uma morte "por muitos". O que há nesses "muitos" que exija a entrega do Messias à morte?

A resposta a essa indagação é o conceito bíblico do pecado e da necessidade de sua expiação mediante uma morte sacrificial. Leonardo Boff (cf. p. 115) descreve bem o pano de fundo sacrificial do templo. O sacrifício expia a iniquidade do ofertante e propicia a ira de Deus "provocada pela maldade humana". À luz da revelação em Cristo, os sacrifícios animais foram considerados sem valor interior (cf. Hb 9-10) para eliminar a culpa. Daí a necessidade de um sacrifício perfeito e único para, de uma vez por todas, expiar os pecados de toda a humanidade, e propiciar a ira de Deus contra os ímpios.

Contudo, ao discutir os limites da teoria da expiação, Boff incorre em um sério engano: nega a ira divina, considerando que tal atributo não pode existir num Deus amoroso e perdoador (esquecendo-se, talvez, que é impossível falar univocamente de Deus). A essa objeção, outrora levantada por C. H. Dodd e outros, Leon Morris respondeu adequadamente ao expor com clareza e acerto os dados bíblicos favoráveis à existência da ira divina, que não é uma ira cega, apaixonada que tivesse extravasada na morte violenta de Jesus. A ira de Deus é a reação correta de sua justiça contra o pecado. E, tendo em vista que Deus é amor e perdão, ele desvia a sua ira do homem e a coloca sobre seu próprio filho, expressando assim o verdadeiro caráter de sua graça: uma auto-doação livre e libertadora. Conforme as palavras de Morris, "os escritores bíblicos usam, habitualmente, para a ira divina uma palavra que não denota tanto uma irrupção repentina de raiva que logo se esvai, mas sim uma que denota forte e estabelecida oposição a tudo que é mau, e deriva da própria natureza de Deus".³

3. MORRIS, Leon. *The apostolic preaching of the cross*. Grand Rapids, Eerdmans, 1976, p. 162.

O pecador está sob a culpa do pecado e não pode se auto-expiar. Deus, graciosamente, oferece a expiação de Jesus ao pecador e o convida para, mediante a fé, unir-se a esse sacrifício e doar a sua vida ao Deus misericordioso, que irá usá-la no serviço aos propósitos do reino. Com este adendo, a posição de Boff é extremamente oportuna, e corrige os desvios da "espiritualização" da doutrina na história da teologia. Sua colocação sobre a estrutura sacrificial da vida humana é digna de citação: "a vida humana possui, ontologicamente, uma estrutura sacrificial (...) ela é assim estruturada que só é verdadeiramente humana aquela vida que se abre para a comunhão, que se auto-doa, morre para si mesma e se realiza no outro" (Boff, p. 117).

Esta estrutura, porém, está corrompida pelo pecado e só mediante a fé no Crucificado é liberada para se concretizar historicamente. Aqui é outro ponto onde discordo de Leonardo Boff: seu conceito de pecado, e da morte como a própria estrutura da vida. A morte, em termos bíblicos, é consequência do pecado e não a estrutura da vida humana; é, isto sim, a corrupção da estrutura ontológica sacrificial do ser humano. Conforme diz James Cone, "a imagem de Deus não é simplesmente uma relação pessoal com Deus, mas é também aquele componente da humanidade que faz todas as pessoas lutarem contra o cativo", luta esta por ele ligada ao encontro pessoal com Jesus, afirmando: "a liberdade derivada da encarnação de Jesus é ligada com o ter falado com Jesus. Essa conversa é companheirismo com ele e assim é o fundamento da liberdade".⁴

Eis, então, o sentido dos cânticos do Servo de Javé: servo que cumpre, em si, o ritual do Dia da Expição (Lv 16), prefiguração e tipo, apenas sombra da realidade; servo ungi-do para anular, na morte, o pecado do povo que a ele se une pela fé. Esta união não se esgota no encontro pessoal individual, mas se concretiza historicamente na comunidade humana que vive sob o reinado de Deus; comunidade que se identifica com Jesus, identificando-se com os pecadores pelos quais ele sofreu a morte. Novamente citando Cone: "a libertação autêntica do indivíduo é alcançada apenas no contexto de uma comu-

4. CONE, James. *O Deus dos oprimidos*. São Paulo, Paulinas, 1985, p. 160.

tidade oprimida na luta pela liberdade" (p. 161). A identidade da igreja de Cristo é encontrada nos pequeninos da terra e não na auto-suficiência religiosa baseada em uma pretensa eleição isoladora.

3. A morte de Jesus, redenção substitutiva dos escravos

Um dos aspectos mais comumente enfatizados na morte de Jesus é seu valor redentor. O verso classicamente usado para tal é Mc 10,45: "O Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar sua vida em resgate de muitos". A imagem da redenção é, tradicionalmente, ligada à libertação dos escravos nos tempos do Império Romano. Porém, é duvidoso que Jesus tivesse em mente apenas a realidade jurídica romana da época ao descrever assim a sua morte. É muito mais provável que ele estivesse refletindo sobre a ação libertadora de Deus no curso da história de Israel (cf. Boff, p. 118).

A idéia do resgate tem sido criticada devido ao conceito de Orígenes de que Cristo pagou o resgate ao diabo a fim de liberar o homem.⁵ Boff descreve o conceito do resgate desta maneira e o critica. Porém, não há no Novo Testamento qualquer indicação de quem recebeu o resgate. É isso é próprio da linguagem metafórica. A figura não corresponde à realidade toda, mas corresponde parcialmente à realidade que representa. Não é necessário descobrir a quem foi pago o resgate; isso não interessa. O importante é que os homens eram escravos do pecado e de Satanás, e não podiam ser libertados para a união com Deus a não ser que Deus retirasse a pena de morte que lhes pesava. No êxodo, Deus não paga nada a ninguém para libertar seu povo. Jesus resgata o seu povo sem pagar resgate ao diabo ou a qualquer pretensão dono de escravos.

Pelo contrário, a morte redentora de Jesus é substitutiva. Jesus assume o lugar do escravo a fim de libertá-lo. Ao assumir esse lugar, ele coloca-se sob a maldição de Deus (cf. Gl 3,13). O resgate não é propriamente dos pecados, mas da

5. Cf. LADD, Geoge E. *Teologia do Novo Testamento*. Rio de Janeiro, Juerp, 1985, p. 177.

maldição que pesa sobre o pecador. Por isso a crítica de Boff de que "o limite desse modelo reside em que a redenção e o preço pago por ela se realiza somente entre Deus e o demônio" (p. 119), não é dirigida ao conceito bíblico da redenção, mas ao conceito de Orígenes.

Também é necessário rever a posição de Boff quando ele afirma que "conservamos nossa liberdade e o sentido definitivo de nossas decisões (...) a libertação é feita no interior de uma percepção profunda da catividade em que se encontra a humanidade. Sentimo-nos escravizados por sistemas opressores sociais e religiosos" (p. 119). Esta é uma verdade parcial, pois somos escravos do pecado e de Satanás. Como escravos, estamos sob a maldição de Deus, e, para a redenção desta maldição, é preciso mais do que a percepção da escravidão. É preciso que um justo assuma nosso lugar e receba sobre si a ira divina. Então, mediante a fé, nos comprometemos com o Justo e recebemos a redenção. Penso que Boff se equivoca ao identificar a idéia do resgate com o conceito contemporâneo de libertação, sobre o qual falarei mais adiante.

A redenção conseguida por Cristo na cruz orienta-se essencialmente para a relação entre o homem e Deus. Ela reverte a situação causada pela queda e nos livra da maldição divina. Pela redenção temos acesso a Deus, perdoados e livres da culpa, prontos para servir a ele e seu reino. A redenção é o começo de uma nova vida, não a vida toda. Afinal, "o propósito da liberdade é criá-la para os outros (...) Ninguém pode ser verdadeiramente libertado enquanto todos não forem libertados", diz Cone (p. 161, embora "liberdade" não equivale a "redenção").

4. A morte de Jesus, vitória sobre as forças do mal

Mediante os exorcismos, Jesus mais uma vez mostrou sua superioridade sobre Satanás. De fato, os exorcismos foram um sinal de que o reino de Deus havia chegado (cf. Mt 12.28 e par.) Satanás é o príncipe deste mundo, mas Jesus obteve a vitória sobre ele (cf. Jo 16.11; 2Co 4.4; Ef 2.1-3). Como "mundo" no Novo Testamento também se refere aos sistemas de organização da vida humana, inclusive o Estado, a vitória de

Cristo sobre o reino de Satanás se estende também aos sistemas opressores, sejam eles sociais, econômicos ou religiosos. É interessante que Paulo insira o conceito de novo homem no contexto da vitória de Cristo (cf. Cl 3.11).

A vitória de Cristo é o germen da eliminação das barreiras sociais, raciais, culturais e econômicas. Ao vencer na cruz, Cristo abre o caminho para seu povo vencer os sistemas opressores, juntamente com todas as formas de pecado no mundo. Portanto, a apropriação subjetiva da vitória de Cristo, mediante a fé (1 Jo 5.4-5), não pode ser desistorizada, nem reduzida a mero jogo entre o indivíduo e Deus. Deve, sim, ser devidamente encarada sob o prisma da vitória sobre todas as formas de pecado, inclusive a opressão do homem pelo homem. Será, então, o sustentáculo da esperança de transformação do mundo -de reino das trevas para reino de Deus- e fonte da ação engajada do povo do reino na derrota do mal.

5. A morte de Jesus, libertação histórica e reconciliação cósmica

Dentre as diferentes abordagens possíveis a este tema,⁶ escolhi abordá-lo de modo pouco comum. Começarei pela definição calvinista da providência de Deus: "O exercício contínuo do poder divino mediante o qual o Criador sustenta todas as suas criaturas, opera em tudo o que ocorre no mundo e dirige todas as coisas a seu fim determinado".⁷ Relendo esta definição a partir da perspectiva exposta na introdução, encontramos que o fim determinado é a "reconciliação de todas as coisas em Cristo para o louvor da glória de Deus (Ef 1.10). Sendo esse o alvo da ação providencial de Deus, e sabendo que a teoria calvinista da providência envolve a concorrência da ação divina e a criação da ordem social,⁸ podemos levantar a

6. P. ex. Cone, p. 244ss; PAULO II, João. *Sobre a reconciliação e a penitência na missão*. Petrópolis, Vozes, 1985; Ladd, p. 420ss e outros.

7. Citado a partir da Teologia Sistemática de Berkhof.

8. Cf. "providência" no Novo Dicionário da Bíblia.

seguinte questão: qual é o papel do Estado (autoridade) na ação providencial de Deus? Para respondê-la farei uma breve análise de 1 Pe 2.13-17, deixando de lado outros textos fundamentais para poder ser breve.

Primeiramente, Pedro lembra que os governos são "instituições humanas", às quais devemos obediência "por causa de Cristo", e não por razões arbitrárias. A obediência deve seguir o critério determinado da ação de Deus: a reconciliação cósmica em Cristo. Eis, pois, o primeiro critério para a ação política do cristão. Logo a seguir, Pedro define a função do Estado como vingança contra os malfeitores e louvor dos benfeitores. Eis o segundo critério: a justiça. Só é digno de ser obedecido o governo justo. O governo injusto deve ser honrado, mas não obedecido, conforme a atitude de Jesus e a dos apóstolos quando impedidos de pregar o evangelho. Honramos o governo injusto mediante a ação transformadora "por causa de Jesus", mas não o obedecemos cegamente.

Bem, quem são os malfeitores de nossos dias na América Latina? Fazendo uma abstração sócio-ideológica, devido à falta de tempo (e capacidade) para uma análise mais profunda, e devido ao fato de que muitos leitores saberão fazê-la melhor que eu, aceitemos como hipótese de trabalho que os principais malfeitores que devem ser castigados pela autoridade sejam os "opressores". O processo de libertação será, então, um processo de eliminação das múltiplas formas de opressão (religiosa, cultural, política, econômica, psicológica, etc.) Tal processo de libertação pode ser descrito como um modo eficaz de cumprir a ordem de "honrar a todos", o que poderíamos chamar, com Orlando Costas, de humanização. Fechando o círculo, diremos, então, que a libertação humana é um componente essencial da cooper-ação humana na ação providencial de Deus.

Resta ainda uma séria questão: qual a relação entre a ação libertadora e a reconciliação pessoal em Cristo? Penso que a resposta de Ronald Snyder, em seu livro "The Community of the King", de que a reconciliação pessoal com Deus mediante a fé em Cristo é o centro da circunferência da ação divina, mas não a circunferência toda, é bastante adequada. A partir dela destaco os seguintes pontos:

1. há uma prioridade teológica para a missão da Igreja, que

é levar todos os seres humanos a um relacionamento pessoal com Cristo, pela fé. Este relacionamento consiste em seguimento do crucificado que voltará para consumir seu reino na terra.

2. como parte essencial da missão da Igreja está a busca da libertação de todas as formas (satanicamente controladas) de opressão, por meio de todo tipo de ação que possa, sob os critérios bíblicos, ser classificada de boa, justa e amorosa.

3. é exigida, pela revelação de Deus em Cristo, uma prioridade aos oprimidos⁹. A eles se leva primeiro o evangelho do reino e a esperança conscientizadora da libertação, para que eles sejam agentes transformadores das situações e estruturas de opressão, mediante a ação boa, justa e amorosa de levar o evangelho aos opressores e honrá-los mediante legítimos esforços em prol da libertação (cf. Cone, p. 171ss).

4. Tudo sob a égide da esperança cristã do retorno de Cristo à terra, que é a esperança gerada pelo Espírito Santo que capacita o povo de Deus para o exercício de sua missão. Sob essa esperança a Igreja trabalha.

6. A morte de Jesus, nossa justificação e santificação

Outra imagem usada para descrever o caráter salvífico da morte de Cristo é tirada da esfera jurídica: a justificação pela graça, mediante a fé. Segundo Joachim Jeremias, é da pregação de Jesus sobre a relação de Deus com os pecadores que Paulo extrai sua mensagem sobre a justificação, especialmente a partir das "parábolas em que Deus abraça os que estão perdidos, e se revela como o Deus de pobre e do necessitado"¹⁰. Ainda segundo Jeremias, "a doutrina da justifica-

9. Cf. YODER, John H. *The politics of Jesus*. Grand Rapids, Eerdmans, 1980; SARACCO, Norberto. As opções libertadoras de Jesus. *Boletim Teológico*. São Leopoldo, 2(6):21-31, 1986.

10. JEREMIAS, Joachim. *A mensagem central do Novo Testamento*. 2. ed. São Paulo, Paulinas, 1977, p. 89.

ção não é criação de Paulo, mas retrata em substância a mensagem essencial de Jesus tal qual está resumida na primeira bem aventurança: 'Bem aventurados vós, os pobres, porque vosso é o reino de Deus' (Lc 6.20)" (p. 91). Esta posição também é defendida por Yoder, embora com uma abordagem totalmente diferente (cf. p. 217ss).

Parece-me que este aspecto da morte de Cristo é o mais usado em alguns círculos teológicos para subjetivizar "espiritualmente" a conversão cristã. Essa experiência é pregada como um encontro pessoal com Cristo baseado na aceitação de alguns fatos: as quatro leis espirituais, os quatro passos, etc. De modo geral, o encontro é tão pessoal que ninguém mais fica sabendo que existe um novo cristão no mundo. Joachim Jeremias critica esse tipo de formulação da doutrina da justificação como uma ficção jurídica, "como se" Deus absolvesse o pecador (cf. p. 82ss).

Outro problema desta interpretação é que a justificação é isolada do conjunto de idéias que tenta descrever o salvífico da morte de Cristo. Em especial, é isolada da santificação, entendida como estilo de vida do reino de Deus. A pessoa crê, é justificada, e continua vivendo de acordo com padrões mundanos, revestidos de uma película de moral eclesiástica. Será que foi para isso que Jesus morreu? Leon Morris nos lembra acertadamente que "para os cristãos primitivos todas as coisas foram feitas novas, inclusive seus padrões de justiça, por causa do filho de Deus ter vindo a este mundo. Da mesma forma, há muitos textos que exortam os crentes a vidas de justiça, e é tão característico no Novo Testamento que a justiça, no sentido ético, deva ser uma marca caracterizadora do cristão, quanto o fato de que não é a justiça humana que traz a salvação, mas a justiça de Deus" (p. 250).

A justificação, então, é apenas um começo, "começo de uma nova vida, de uma nova existência, uma nova criação pelo dom do Espírito" (Jeremias, p. 83), é o penhor da salvação que se há de manifestar no fim dos tempos; "Numa palavra", segue Jeremias no mesmo local, "vocês ficam no reino". Ou, na linguagem de Paulo, "e Deus escolheu as pessoas ignóbeis do mundo, e as desprezadas, e as que não são, para reduzir a nada as que são (...) em Cristo Jesus, o qual para nós foi feito por Deus sabedoria e justificação, santificação e li-

bertação" (1 Co 1.28-30). Não posso deixar de ver nestes versos um eco do cântico de Maria (cf. Lc 1.46-55).

Sendo assim, a justificação tem a ver também com a quebra das divisões humanas, pois mediante a anulação da lei como via de salvação, Cristo elimina a separação prezada pelo judaísmo (cf. Rm 3; Gl 3).

A justificação, pois, prevê a criação de uma nova humanidade, o novo homem da utopia. Dessa forma, "justificação é um evento social" (Yoder, p. 225). Ela deriva da própria natureza justa de Deus que, na morte de Cristo, é visto como justo e justificador de todo aquele que crê em Cristo. É expressão da graça de Deus, um dom que restaura a relação do homem com Deus e do homem com o homem, e cria condições para uma vida justa (santa).

A morte de Cristo traz ao homem a justificação e lhe coloca como norma de vida a santificação. Uma é a porta de entrada ao reino de Deus, a outra é a expressão do domínio justo do Rei eterno sobre a vida humana, em todas as suas dimensões históricas.

7. A morte de Jesus, identificação solidária com os pecadores

Neste ponto estamos chegando ao fim de nossa apresentação, e quero lembrar que esta divisão do caráter salvífico da morte de Jesus em sete imagens não pretende que a morte do Senhor seja separada em seu poder salvífico. São sete aspectos simultâneos e não concorrentes. Unidos e não separados. Agora que nossa discussão vai se esgotando, pretendo trabalhar com um conceito amplamente debatido por Leonardo Boff e Jon Sobrino à luz da obra "O Deus crucificado", de Juergen Moltmann, ressaltando alguns pontos positivos deste debate.

A cruz representa o momento mais doloroso e profundo da identificação de Jesus com os homens. Em sua caminhada iniciada com a Encarnação, o Senhor pre-existente assume a condição humana em todas as suas dimensões, exceto no tocante ao pecado, conforme nos lembra o autor de Hebreus. Ao compartilhar com o Pai, na Getsemani, sua agonia face à morte iminente, o portador do reino implora: "Aba, Pai, tudo te é possível;

afasta de mim este cálice; todavia... (Mc 14.36). O messias de Belém enfrenta face à face a possibilidade concreta de suportar a ira de Deus, seu próprio pai, numa identificação com os pecadores, em mostra de sua total solidariedade com a humanidade que assumira ao resignar à permanência com o Pai na glória intocável (Fp 2.6-11). Sai do Getsêmani firme, pronto para encarar a morte.

Vem a prisão, o julgamento, a tortura, a caminhada. A cruz. O clímax de sua tarefa e ápice de seu sofrimento vicário. Por fim, exclama: "Deus meu, Deus meu, por que me desamparaste?" (Mc 15.34). A total identificação implica no abandono paterno, abandono real, não um mero sentimento de distância. Refletindo sobre a fala de Cristo na cruz, Paulo ensina que "aquele que não conheceu pecado, Deus o fez pecador por nós; para que fôssemos feitos, nele, justiça de Deus" (2 Co 5.21). Aqui a cruz de Cristo assume totalmente o seu caráter de mistério; a morte de Deus na pessoa do Deus-homem é o escândalo final, a pedra de tropeço na qual tropeçam os incrédulos e desobedientes (1 Pe 2.4-8). O escândalo que revela a dimensão mais íntima do amor de Deus, paradoxo insolúvel à razão humana. Como diz Boff: "a cruz não está aí para ser compreendida. Está aí para ser assumida e andar o caminho do Filho do Homem que a assumiu e por ela nos redimiu" (p. 144).

CONCLUSÃO

Nestas sete imagens representativas, a morte de Cristo se nos apresenta como convite: "Se alguém quer vir após mim, negue-se a si mesmo, tome a sua cruz, e siga-me" (Mc 8.34). Jesus, nosso Rei, queremos seguir-te. Toma-nos pela mão e conduze-nos pelo teu caminho. Caminho de pedras e espinhos, de riso e de dor, cansa e esperança, desafio e solidariedade, caminho de justiça e liberdade, caminho de fé e amor. Caminho de cruz!